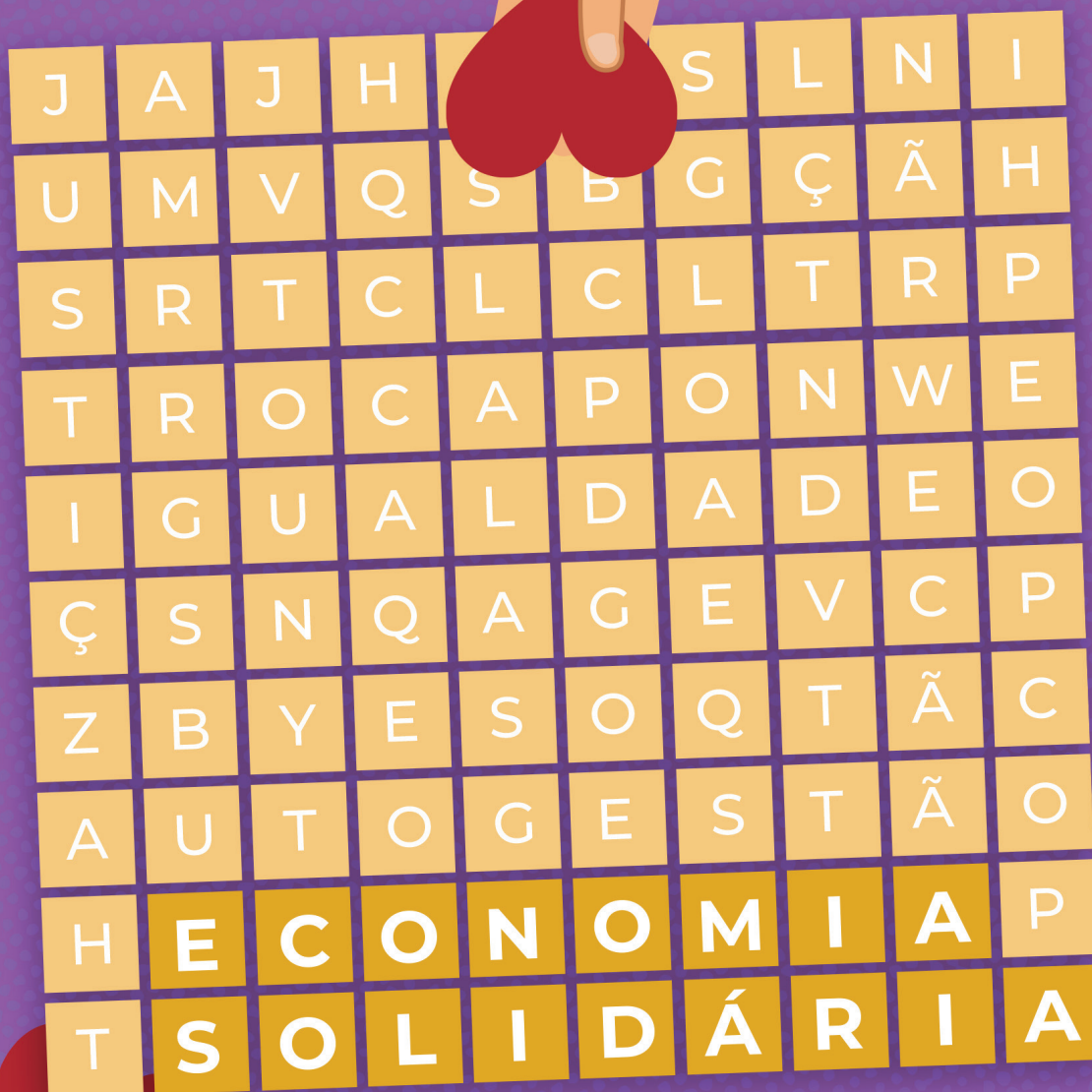
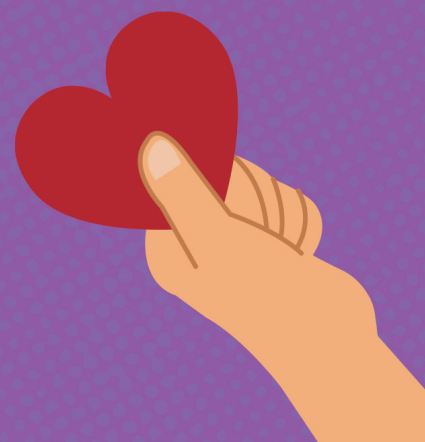


ECONOMISTAS

Caderno Especial de Economia Solidária



Economia Solidária desponta como alternativa em meio ao desemprego e à insegurança alimentar



EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-presidente: Paulo Dantas da Costa

Conselheiros efetivos:

Antonio Corrêa de Lacerda
Paulo Dantas da Costa
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Roberto Polli Lobo
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros suplentes:

Aldenir Gomes de Paiva
Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior
Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior
Eduardo Reis Araújo

Fabiola Andréa Leite de Paula
Gustavo Casseb Pessoti
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto de Jesus
Rogério Vianna Tolfo
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos

Conselho Editorial:

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação:

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)

Heric Santos Hossoé (Vice-Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Wellington Leonardo da Silva

**Grupo de trabalho
Responsabilidade Social e
Economia Solidária:**

Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Coordenadora)
Maria de Fátima Miranda (Vice-coordenadora)
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr.
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula
Lauro Chaves Neto

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

15 de dezembro

dia da
Economia Solidária



Sumário

Editorial Antonio Corrêa de Lacerda	5	Caracterização dos agricultores da feira orgânica do território do Irecê e impactos desta atividade em suas rendas e qualidade de vida Sandilla Machado	25
O legado de Paul Singer Marcelo Gomes Justo	6		
Uma economia que sirva o ser humano Marcus Eduardo de Oliveira	10	Prêmio Paul Singer reconhece trabalhos de economia solidária Manoel Castanho	30
Uma visada sobre a economia dos trabalhadores, democrática e solidária Egeu Gómez Esteves	15	2022: Um ano de muito trabalho Manoel Castanho	38
Os bancos comunitários de desenvolvimento e a educação financeira Anderson Oriente	19	Economia Solidária: uma proposta para governar à esquerda Renato Dagnino	40



Editorial

No dia 15 de dezembro comemora-se o Dia Nacional da Economia Solidária, criado pela lei 13.928/19. A data é uma homenagem ao nascimento de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, lutador incansável em defesa de melhores condições de trabalho para os seringueiros, assassinado em 1988.

Para celebrar a data, esta edição da revista Economistas traz um Caderno Especial, com artigos abordando diversas facetas deste assunto tão importante para o Brasil contemporâneo. Num momento econômico em que crescem a pobreza e o desemprego, a economia solidária ganha força como alternativa na geração de trabalho e inclusão social, por meio de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão.

Um dos maiores pensadores da economia solidária no Brasil foi o economista Paul Singer e, em homenagem a ele e em parceria com o instituto que leva seu nome, o Cofecon realizou em 2022 a primeira edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas. O resultado é mostrado em uma matéria especial, que também apresenta os trabalhos concorrentes. Destaque-se o fato de que cada um dos projetos apresentados contribui significativamente com a melhoria das condições de vida no local em que estão inseridos.

Os artigos publicados no Caderno Especial abordam o legado de Paul Singer; um modelo de economia que sirva ao ser humano e que seja sustentável; a atividade econômica feita por e para os trabalhadores; a importância dos bancos comunitários de desenvolvimento e da educação financeira; e os impactos da feira orgânica de Irecê na renda e na qualidade de vida dos agricultores.

Por fim, destaque-se o brilhante trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária do Cofecon em 2022. Além do Prêmio Paul Singer, o GT promoveu uma série de debates que vão desde a industrialização até o mercado de trabalho. Também foram publicados episódios de podcast, disponíveis em diversas plataformas, e artigos em edições anteriores da revista Economistas.

Boa leitura.



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA **PRESIDENTE DO COFECON**

Professor-Doutor do programa de pós-graduação em Economia Política da PUC-SP e membro da transição de governo na área de Planejamento, Orçamento e Gestão. É autor de cerca de 20 livros da área de Economia e se dedica continuamente à produção de artigos relevantes para o entendimento da conjuntura do país. É colaborador do jornal O Estado de S. Paulo e comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura).

O legado de Paul Singer

Por Marcelo Gomes Justo

O economista e professor Paul Singer ficou conhecido como secretário nacional de Economia Solidária, entre 2003 e 2016. Com espírito eminentemente republicano, Singer fazia questão de participar dos encontros, congressos, fóruns e feiras de economia solidária pelo Brasil. Apesar de sua modéstia, tornou-se um ícone do movimento por uma outra economia e um outro mundo possíveis, pois tinha um jeito convicto de falar, com argumentos afiados e convincentes, estava sempre disposto a ouvir as posições divergentes e, muitas vezes, era conciliador. Ele dedicou os últimos 20 anos de sua vida ao tema da economia solidária, desde o final dos anos 1990 até o seu falecimento em 2018. Em 1996, o termo “economia solidária” apareceu pela primeira vez em pauta com o plano de governo da candidata Luiza Erundina à Prefeitura de São Paulo (que já havia governado a cidade entre 1989 e 1992), tendo Singer como secretário de Planejamento. A economia solidária surgiu como uma alternativa ao desemprego estrutural provocado pela globalização neoliberal e pela revolução tecnológica dos anos 1990. Ele a explica nos livros “Uma Utopia Militante” e “Globalização e Desemprego”, ambos de 1998, e em “Introdução à Economia Solidária”, de 2002.

Mesmo com essa marca, a sua produção acadêmica ultrapassa a economia solidária e envolve temas como economia política, desenvolvimento econômico, inflação, ensino de economia, saúde pública, demografia, trabalho, emprego e classe trabalhadora, partidos políticos, socialismo, democracia, direitos humanos. Ele realizou trabalhos nas fronteiras da economia com a sociologia (sua tese de doutorado em sociologia, sob a orientação do grande Florestan Fernandes), com a demografia (tese de livre-docência), desenvolvimento urbano e urbanização (vários



Foto: Reprodução - Raquel Cunha/Folhapress



livros organizados e capítulos), política (artigos sobre partidos de esquerda), entre outros. Possuía o cuidado de escrever de forma clara, ser didático e transformar a linguagem técnica econômica em algo acessível ao público leigo. Escreveu livros de divulgação e de ensino de economia política adotados em vários cursos universitários do país.

Sua preocupação maior estava em analisar os problemas econômicos e apontar saídas. As alternativas estavam sempre ligadas a ampliar a participação dos trabalhadores nos processos decisórios, seja nos movimentos sociais populares, na participação dos operários nas câmaras setoriais das empresas ou na economia solidária. Conciliou a produção acadêmica e a participação no debate público e escreveu centenas de artigos para os principais jornais interpretando a conjuntura político-econômica do Brasil e do mundo. Em suas análises de conjuntura posicionava-se a favor do povo trabalhador, contra as injustiças sociais e pela democracia plena.

Assim, podemos afirmar que seu legado consiste em colocar-se como um intelectual militante, que se baseava em análises rigorosas e críticas e se posicionava politicamente por justiça social e democracia. Ao longo da vida nunca parou de ler, escrever e de dialogar visando a ação política transformadora pelo socialismo democrático ou pela economia solidária.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é um outro modo de produção em relação ao capitalismo. Para Singer, coexistem diferentes modos de produção sob o predomínio do capitalismo. Ele, então, coloca que a economia solidária surge nos interstícios do modo de produção capitalista e quando este entra num ciclo de crises ela tende a crescer. Em suas palavras: “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10)¹. Para ele, a economia solidária era alternativa ao desemprego estrutural no sentido de os trabalhadores se organizarem em cooperativas autogeridas e, assim, gerarem trabalho e renda. Essa alternativa ao desemprego pode gerar uma força própria que não seja apenas algo no interior do capitalismo e sim que o supere.

Os fundamentos da economia solidária são solidariedade, autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção. Como não há relação patrão e empregado, não há salário, e sim sobras, que são divididas de forma equânime entre todos. A solidariedade está presente entre os trabalhadores de um mesmo empreendimento econômico solidário e entre diferentes empreendimentos, pois o sucesso

de um depende da realização de todos; não são relações de predomínio da competição. As decisões sobre o que produzir, como produzir, como repartir as sobras, entre outras, são horizontais e democráticas, ou seja, em autogestão. Nas palavras do autor: "A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o **desenvolvimento humano** que proporciona aos praticantes. **Participar das discussões e decisões do coletivo ao qual se está associado educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura**" (SINGER, 2002, p. 21, grifo nosso).

A economia solidária se manifesta de diferentes modos como associações, cooperativas de produção, ou de consumo, ou de compra e venda, ou de crédito, bancos populares, clubes de trocas etc. A cooperativa de produção é a forma exemplar. Destaca-se das ideias de Singer que a economia solidária poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo por proporcionar às pessoas uma vida melhor, por consumir coisas melhores e mais acessíveis e, principalmente, melhorar o relacionamento social, na liberdade de escolha de trabalho com satisfação, no direito à autonomia, em não ter de se submeter, na segurança comunitária de não ficar desamparado (SINGER, 2002, p. 115).

A reinvenção da economia solidária está ligada à história recente do Brasil, como mostrou Singer. Nos anos 1980, a Igreja Católica, via Cáritas, organizou os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) que, posteriormente, se reconheceram como parte da economia solidária. As cooperativas ou associações de produção e de compra e venda presentes nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também são exemplos de economia solidária, mesmo que originalmente não usassem este nome. Nos anos 1990, foram criadas a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (Anteag) e a Agência de Desenvolvimento Solidário – Central Única dos Trabalhadores (ADS – CUT), que são duas entidades de trabalhadores que auxiliam na organização de cooperativas e na recuperação de empresas falidas. Naquela década surgiram nas universidades as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) realizando projetos de extensão e, em seguida, se articularam na Rede de ITCPs. Nos anos 2000 nasceu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e se formou a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil). Portanto, havia uma movimentação social de organização dos trabalhadores em resposta às crises econômicas dos anos 80 e 90 que poderia ser agrupada sob o conceito de economia solidária.



"A economia solidária surgiu como uma alternativa ao desemprego estrutural provocado pela globalização neoliberal e pela revolução tecnológica dos anos 1990."



"A economia solidária poderá ser uma alternativa por proporcionar às pessoas uma vida melhor."



"Os fundamentos da economia solidária são solidariedade, autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção."



Quando da eleição do presidente Lula, em 2003, os movimentos da economia solidária reunidos em seu Fórum indicaram o nome de Singer para integrar a equipe do governo federal, a fim de realizar políticas públicas. Foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) junto ao Ministério do Trabalho, tendo Singer como titular.

O MAPEAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No período de 2003 a 2016, a Senaes realizou dois mapeamentos da economia solidária no país para conhecer, avaliar e orientar as políticas. O primeiro foi feito entre 2005 e 2007, estabelecendo um cadastro eletrônico nacional (Sistema de Informação em Economia Solidária - SIES), e o segundo de 2009 a 2013. Neste segundo levantamento foram computados quase 20 mil empreendimentos econômicos solidários envolvendo mais de 1,6 milhão de pessoas. A análise dos números absolutos mostrou a permanência dos empreendimentos econômicos solidários num período de expansão do emprego assalariado e de baixos índices de desemprego, ou seja, as pessoas da economia solidária não teriam migrado para o emprego assalariado (RELATÓRIO IPEA, 2016, p. 38)².

Com base no segundo mapeamento, havia empreendimentos econômicos solidários em todo o País, com predomínio nas regiões Nordeste e Norte. Estavam nas cidades e nos campos, mas com predomínio nas áreas rurais. Quanto à forma de organização, 60% eram associações; 30,5% grupos informais; 8,9% cooperativas, e 0,6% sociedades mercantis. Dentre as motivações para formar empreendimentos solidários, destacam-se as seguintes: fonte complementar de renda, alternativa ao desemprego, maiores ganhos em empreendimentos associativos e atividade na qual são donos. Quanto à renda gerada no último ano de exercício, apenas 13% dos empreendimentos não conseguiram pagar as despesas, 43,6% pagaram as despesas e outros 43,2% obtiveram alguma sobra (Relatório Ipea). Em suma, a economia solidária tem muitos desafios, mas representou ganhos significativos.

PRESERVAR E REINVENTAR SEU LEGADO

O Instituto Paul Singer foi criado com a missão de preservar e reinventar o legado deste economista no sentido de fortalecer a solidariedade e a democracia, enfrentar todas as formas de desigualdades e injustiças e de recriar a política com um sentido mais humano e ético. Constitui-se em centro de pesquisas, debates, formações e divulgação que, a partir da memória relacionada a Paul Singer, germina propostas e ações para um futuro mais justo, democrático e solidário. Com base em um pensamento brasileiro e original da economia política, constrói um espaço de colaboração e diálogo entre academia, sociedade civil organizada e gestão pública para catalisar as redes comprometidas com a sua Missão. Diante do desafio de preservar, divulgar e recriar as ideias e ações de Singer, atuamos nas áreas de formação, memória e produção de conhecimento.



Marcelo Gomes Justo é diretor do Instituto Paul Singer, tem formação em Ciências Sociais, com mestrado e doutorado em Geografia Humana, sendo todas as titulações pela USP. Realizou pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL/IPPRI/UNESP, com pesquisa sobre Agroecologia e Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo. Atualmente é pesquisador credenciado junto ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI/UNESP (desde setembro de 2019).

Uma economia que sirva o ser humano

Por Marcus Eduardo de Oliveira

Em apenas dois séculos de existência, o profundo impacto de dois movimentos basilares da economia - o industrialismo e o consumismo - desequilibrou a relação Homem-Natureza (*Homo sapiens*-Terra). Desse desequilíbrio decorrem significativas mudanças nas relações sociais. Há profundas transformações (em vários sentidos) na sociedade mundial, seja pela dimensão social (por exemplo, apenas 20 bilionários detêm mais dinheiro que toda a metade inferior da humanidade) ou ecológica (a perda de biodiversidade, devido à velocidade em que acontece, já saiu de controle). Portanto, tanto a escala quanto o ritmo dessas transformações são inéditos.

Ainda assim, a ideia pode até soar estranha, principalmente porque é visível que nos postulados da economia social e solidária (ESS) *ainda* falta incorporar a integridade dos limites ecológicos, condição-chave para fazer a transição para um mundo ecologicamente saudável e equilibrado.

Em termos gerais, insistindo no assunto que sabemos ser importante, a estratégia econômica organizada pelos países que rapidamente foram se industrializando ao longo dos últimos tempos, centrada na fixa ideia do crescimento econômico ilimitado para dar sustentação ao modo de produção capitalista, de certa forma obrigou a comunidade humana a conviver com a insidiosa destruição do meio ambiente, hoje devidamente sinalizada pela ação antrópica. Nessa direção, a devastação ambiental pode ser claramente percebida desde pelo menos os últimos 70 anos, momento em que começou a ficar evidente que o modelo econômico global em curso iniciava esforços no sentido de transformar simples desejos humanos em necessidades materiais.

Mas é daí, contudo, que vem a consolidação da aquisição material como sinônimo de prosperidade (paradigma da conquista). Como a linguagem teórica precisava mensurar isso tudo, não tardou para que o indicador PIB fosse logo usado como métrica de avanço econômico. Em outras palavras, o PIB ainda hoje é visto como a “contabilidade” do crescimento econômico que compara a “riqueza” produzida pelas nações.

Algumas questões políticas foram, desde então, simplesmente “transformadas” em temas econômicos, tão logo os economistas criaram a relação PIB/censo populacional, traduzindo-se no PIB *per capita*, quer dizer, numa perspectiva quantitativa que visava comparar o desempenho das nações no espaço e no tempo. O estofado dessa ação terminou por fazer do crescimento econômico o principal dogma da macroeconomia moderna, e tudo passou a ser “pensado” em termos de expansão quantitativa da economia – a essência do crescimento.

Sob essa inspiração, a receita do pensamento convencional é conhecida: se o PIB está subindo, a economia (como um todo) está indo muito bem, obrigado! Pela visão economicista, o que deve ser considerado não é a natureza (recursos, matéria, energia), mas sim o capital físico criado pelos homens (máquinas, rodovias, carros, fábricas, eletrodomésticos e assim por diante). Isso permite o crescimento do PIB, e pouco importa, dizem as vozes da economia tradicional, se toda a rica biodiversidade vira alvo de desconfiguração.



Em apenas dois séculos de existência, o profundo impacto de dois movimentos basilares da economia – o industrialismo e o consumismo – desequilibrou a relação Homem-Natureza (Homo sapiens-Terra). "

No detalhe: mesmo que hoje em dia, diante da superioridade do mercado de consumo capitalista, pareça pouco provável que a humanidade mude radicalmente seu opulento estilo de vida, ou então que a economia de produção global consiga, de um jeito ou de outro, atingir um razoável nível de produção industrial que use menos taxa de consumo material e energético das sociedades industriais, amenizando assim os riscos que recaem sobre a natureza e o meio ambiente, é necessário fugir de vez desse “atual modelo” e olhar na direção das bases de uma civilização verdadeiramente humana. Até mesmo porque tudo indica que os principais problemas da humanidade (com destaque para a emergência climática e a gritante desigualdade social) não serão resolvidos (ou mitigados) *apenas* com avanços científicos e tecnológicos. Decerto, tudo isso é muito mais uma questão de geopolítica.

Ocorre que isso ainda precisa ser devidamente combinado à ação dos próprios humanos, dado o alcance de conscientização planetária desejado (projeto comunitário).

O principal desafio colocado à humanidade passa, sobretudo, por construir uma *nova economia* que sirva o ser humano. E aqui vai uma boa provocação: desafiando o discurso convencional e criticando a visão capitalista do mundo, há de ficar claro que a abundância material (sociedade de mercado) não produz bem-estar.

Sendo assim, o *novo modelo* de economia desejado precisa ter a *cor verde* da sustentabilidade ambiental, e deve ser plenamente capaz de aproximar o homem moderno do mundo natural, numa relação benfazeja. Urge colocar de vez a ação econômica – e isso não é uma frase de efeito – sob orientação do bem comum. Aliás, a busca pelo bem comum deve ser o parâmetro de prosperidade.

Mas não é só isso: em oposição ao entendimento geral da economia, indo contra as políticas neoliberais que continuam agravando as condições de vida das populações, aqui entra a necessidade de se falar com mais ênfase de uma consistente *economia social e solidária*, concebendo a tomada de decisões

democráticas, a cooperação mútua (quer dizer, ampliando a diversidade de laços sociais) e de muita integração. Como ensina Ladislau Dowbor, isso tudo não é só “bom senso econômico, é decência humana”.¹

Em termos mais abrangentes, para superar os nossos atuais dramas, precisamos pensar num modelo inclinado à cooperação responsável, em clara oposição à atual competição destrutiva.

A base de tudo é muito simples. Nas palavras da economista colombiana Natalia Díaz, pensando a ESS na América Latina, devemos entender essa realização como “um projeto de ação coletiva que contraria as tendências destrutivas do capitalismo”. Isso significa orientar a economia para o bem-estar dos mais vulneráveis. É assim que se faz política social e é assim que se levanta uma economia solidária.

Para quem pensa a economia a partir da necessidade de aumentar a qualidade de vida, a participação popular é a exigência maior. “A economia somente será viável se for humana, para o homem e pelo homem.” Essa frase, interessante pela abrangência social que contém, é atribuída ao papa João Paulo II (Karol Wojtyła, 1920-2005).



Sendo assim, o novo modelo de economia desejado precisa ter a cor verde da sustentabilidade ambiental, e deve ser plenamente capaz de aproximar o homem moderno do mundo natural, numa relação benfazeja."

De toda forma, tomando emprestadas uma vez mais as palavras de Natalia Díaz, “a solidariedade se materializa na disposição de cada indivíduo ou comunidade para reconhecer os outros e salvaguardar suas necessidades sem ter que renunciar a seus próprios interesses”.²

Não é segredo algum que “a maturidade dos sistemas econômicos de vários países da OCDE (Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico) permite que a resposta ao desemprego não esteja no aumento da produção e sim na capacidade de converter a elevação da produtividade em mais lazer, mais vida comunitária e maior contribuição das economias locais para o bem-estar”³, tal como comenta Ricardo Abramovay. Isso tem tudo a ver com a economia solidária que, por sua vez, tem a ver com a *economia do desenvolvimento*. Desenvolvimento humano, social, fraterno e solidário, capaz de fortalecer os laços de sociabilidade.

Com efeito, essa nova economia almejada deve ser social no sentido de envolver o estudo sistemático das relações sociais fartamente enraizadas no seio da sociedade. Deve ser *ecologicamente* correta quando a economia (sistema, ciência, atividade) se percebe apenas como um subsistema de algo maior: o meio ambiente. E, claro, também deve ser *humana*, à medida que prioriza o atendimento às necessidades das pessoas, levantando um projeto de vida - resgate integral da valorização individual do ser humano num mundo repleto de injustiças, de desequilíbrios e má-querença.



Para tanto, alguns passos são prontamente exigidos:

1. A autogestão para a solidariedade;
2. O fortalecimento das iniciativas econômicas cooperativadas e associativas;
3. O desenvolvimento de redes de apoio mútuo, de intercâmbios diversos;
4. A criação de formas alternativas de crédito e poupança;
5. O desenvolvimento de capacidades técnicas e científicas por meio de pesquisas e técnicas cada vez mais adequadas à satisfação das necessidades e aspirações humanas;
6. O desenvolvimento da capacidade de identificação dos potenciais e dos limites da natureza e o condicionamento do crescimento econômico a tais limites;
7. A criação de novos espaços sociais através da constituição de conselhos, assembleias e fóruns permanentes.

Essa é, em suma, a matriz do que se convencionou chamar de *economia solidária*. Essa base de apoio reforça finalidades supremas da economia, enaltece o capital social, quer dizer, a participação de grupos sociais nas relações que envolvem a cooperação e a confiança entre as pessoas, reforçando os laços de sociabilidade e solidariedade entre os pares. O que temos aí, para que se eliminem dúvidas, ajuda a reforçar a necessidade de se colocar as pessoas em primeiro plano visando atender as necessidades mais prementes dos participantes.

Referências:

1. DOWBOR, L. *Resgatar a função social da economia*. Outras Palavras. São Paulo: 2022.
2. Ver o verbete “Economia popular, social e solidária”, de Natalia Quiroga Díaz, in KOTHARI, A. (Org.) *Pluriverso – um dicionário do pós-desenvolvimento*. Elefante editora. São Paulo: 2021, p.305.
3. ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. Planeta Sustentável. São Paulo: 2012.



Marcus Eduardo de Oliveira é economista e ativista ambiental. Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Autor de *Civilização em desajuste com os limites planetários* (CRV, 2018), entre outros.

Uma visada sobre a economia dos trabalhadores, democrática e solidária

Por Egeu Gómez Esteves

O termo economia solidária é usado desde os anos 1990 para representar ideias e práticas econômicas que gravitam ao redor da noção de solidariedade. Há controvérsias sobre a origem do termo. Sabemos que em 1971 foi constituída a *Caisse d'économie solidaire*, uma importante cooperativa de poupança e crédito de Quebec (CES, 2021). Também sabemos que em 1996 Paul Singer utilizou o termo “cooperativa de economia solidária” ao propor a criação de cooperativas de produção e consumo como uma solução não capitalista para o desemprego (Singer, 1996). Contudo, a utilização corrente

do termo sem o devido rigor, por vezes, fragiliza sua capacidade de demonstrar os fenômenos que engloba.

O termo economia solidária designa três escalas de um mesmo fenômeno. Ela pode ser entendida como o **movimento social** da classe trabalhadora de resistência ao avanço do capitalismo por meio da luta pela autogestão (FBES, 2003); representa o **modo de produção, consumo e financiamento** próprio de uma economia dos trabalhadores (Paul Singer, 2000); e ainda como a **prática democrática cotidiana** mantida por trabalhadores em suas empresas



autogovernadas. Além disso, a economia solidária tem quatro componentes fundamentais. Como **motivador**, tem a luta pelo direito ao trabalho associado em oposição ao trabalho subordinado; como processo **instituinte**, tem a associação entre os trabalhadores; como **unidade organizativa** tem o coletivo de trabalhadores associados; e como **equação econômica**, tem o ato cooperativo. Vejamos:

1) A luta pelo direito ao trabalho associado em condições dignas é a face propositiva da luta contra a dominação exercida pelo capital sobre os trabalhadores por meio do emprego (trabalho subordinado), do trabalho precário e do desemprego, que transformam o trabalho humano em mercadoria e os trabalhadores em “carne de trabalho”. Paul Singer argumentou que as conquistas do movimento sindical em termos de direitos para os assalariados (limitação da jornada, salário-mínimo, seguridade social etc.) ofuscaram a forma associativa de luta contra o assalariamento: “Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e a sua ampliação” (SINGER, 2002, p. 109). Embora ofuscada, a luta dos trabalhadores pelo trabalho associado em condições dignas também teve seus frutos. No Brasil, a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária foi fundamental para a institucionalização, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária e, em seguida, para a construção de leis e políticas públicas. Um exemplo é a lei específica para as Cooperativas de Trabalho - Lei 12.690/2012 (BRASIL, 2012), conquistada após anos de debate entre o movimento social e legisladores, que reconhece o estatuto peculiar das sociedades de trabalhadores, afirma a autonomia coletiva e a autogestão e impede que sejam usadas para a intermediação de mão-de-obra.

2) A livre associação institui sujeitos coletivos, condição necessária para que os trabalhadores possam reivindicar, lutar e trabalhar para satisfazer a ampla gama de suas necessidades, que são também os motivos de sua união. Por meio de várias formas associativas, coletivos de trabalhadores constituem e operam empresas em todos os setores, fundam sindicatos e partidos políticos e organizam movimentos sociais, reivindicam direitos, financiam a produção e o consumo, constroem e habitam moradias, enfim, criam toda sorte de atividades necessárias para uma vida digna. A associação torna solidários os destinos dos seus membros, instituindo um vínculo de reciprocidade que restitui às pessoas a condição de membro pleno de uma comunidade cujo destino foi e é sonhado e almejado coletivamente, de parte e participe em um processo comunitário e laboral ao qual ele pertence porque participa, e vice-versa. Em tal situação estão presentes as condições de legitimidade e confiança recíprocas necessárias para que as pessoas se sintam à vontade para falar e discordar, produzindo um cotidiano no qual conflitos de compreensão e de propostas aparecem e precisam ser negociados; um lugar de trabalho, portanto, cujo cotidiano exige democracia participativa, implicando na vivência de um significativo processo de formação política. Como demonstram as expressões



A associação torna solidários os destinos dos seus membros, instituindo um vínculo de reciprocidade que restitui às pessoas a condição de membro pleno de uma comunidade cujo destino foi e é sonhado e almejado coletivamente.

usadas pelas trabalhadoras da rede Justa Trama: “Ouvir os ventos”, “reconhecer os lugares”, “separar os papéis”, remetem a habilidades políticas cruciais em contextos de resistência (CRIS ANDRADA & LENY SATO, 2014, p.10).

3) O coletivo de trabalhadores associados detém, controla e governa os meios de produção por meio de uma sociedade de pessoas (não de capitais) que dá nome, identifica e concretiza sua associação. Nas sociedades de trabalhadores há identidade e unidade entre a posse, o controle e o uso dos meios de produção, o que significa que, nelas, potencialmente todos os que trabalham e governam são sócios e todos os que são sócios trabalham e governam. Como ainda não existe, no Brasil, uma figura jurídica específica para as “sociedades de trabalhadores”, eles e elas utilizam as figuras disponíveis para formalizar seu vínculo associativo. Essas sociedades podem ser, portanto, legalmente constituídas com diversos nomes e formatos, a depender da legislação nacional, da atividade econômica realizada, da origem social dos membros ou ainda da literatura adotada, o que explica a ampla variedade de designações: empresa autogerida, mutualista, empreendimento econômico solidário, sociedade laboral, cooperativa de trabalho, etc.

4) Independentemente do nome que tenham, no interior das empresas de trabalhadores ocorre um “ato” econômico que fundamenta seu funcionamento. O chamado ato cooperativo pode ser assim descrito: o coletivo de trabalhadores associados, por meio do vínculo associativo, aplica solidariamente sua força de trabalho aos meios de produção de que dispõe coletivamente e obtém um resultado que, descontado o pagamento de insumos, serviços e impostos, pertence



Foto: Reprodução - Raquel Londero

integralmente ao coletivo de trabalhadores. Esta equação explica que essas empresas sejam chamadas de solidárias pois, ao não extraírem excedentes de seus/suas trabalhadores, não concentram riquezas e, portanto, não acentuam a desigualdade. Pelo contrário, ao “devolverem” aos trabalhadores os excedentes operacionais, essas empresas distribuem riquezas e politizam o uso destes recursos, já que os trabalhadores têm que decidir coletivamente a destinação dos valores excedentes.

Distribuir, reinvestir ou reservar? Um pouco de tudo? Distribuir por igual ou proporcionalmente ao trabalho realizado? Empregar na educação dos associados? Doar para as necessidades da comunidade? Ou emprestar para iniciativas de outros trabalhadores? Tudo é possível, tudo é tema do coletivo. Uns sonham com um futuro que parece cada vez mais perto, viável, outros têm pesadelos com o futuro. Uns querem investir, outros preferem poupar. Nesse processo político de dissenso, negociação e decisão, trabalhadores aprendem a sonhar, a ousar e a prevenir juntos,

no limite e no embate com as circunstâncias. Assim o grupo se solidariza e pode tornar sólido o que antes era vivido como solidão.

Em resumo, a luta fornece o senso de pertencimento coletivo e uma identidade social para os trabalhadores, necessários para estabelecer relações de confiança e reciprocidade. A associação propicia o vínculo associativo e a simetria política que, por sua vez, exige autogestão. Por fim, o trabalho coletivo possibilita o ato cooperativo, o que reforça economicamente a solidariedade.

Uma vez reunidas tais condições, revela-se uma configuração solidária de relações sociais mantidas entre trabalhadores em seus empreendimentos. Quando essas relações solidárias são expandidas para aquelas mantidas entre coletivos, cooperativas de crédito e empresas de trabalhadores, como no caso das redes de cooperação, ao exemplo da Justa Trama (CRIS ANDRADA & LENY SATO, 2014), revela-se o potencial de conformar um modo peculiar de produzir, consumir e financiar, pode-se então vislumbrar a realidade de uma economia dos trabalhadores, democrática e solidária.

Referências:

Andrada, Cris; Sato, Leny (2014). Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justa Trama. Psicologia & Sociedade, 26(n.esp.), 3-13. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500002>

BRASIL (2012). Lei Nº 12.690/2012 – Cooperativas de Trabalho. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm

CES (2021). Pour une économie sociale et durable. Recuperado de: <https://caissesolidaire.coop/>

FBES (2003). Carta de princípios da Economia Solidária. In III Plenária Nacional da Economia Solidária. Recuperado de: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>

Paul Singer (1996). Desemprego: uma solução não-capitalista. Teoria e Debate, nº 32. Recuperado de: <https://teoriaedebate.org.br/1996/07/01/desemprego-uma-solucao-nao-capitalista/>

Singer, Paul. (2000) Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In Paul Singer e André Ricardo de Souza. (Orgs) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego (pp. 07 - 28). São Paulo: Contexto

Singer, Paul (2002). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo.



Egeu Gómez Esteves é psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela USP. Realizou pós-doutorado em Administração Pública pela FGV. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Os bancos comunitários de desenvolvimento e a educação financeira

Por Anderson Carlos Nogueira Oriente



1. PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

O planejamento financeiro é um processo de administrar a renda, os investimentos, as despesas, o patrimônio e as dívidas, a fim de tornar realidade os sonhos e desejos futuros. É o planejamento financeiro que define as linhas de investimento e financiamento. A necessidade de equilibrar receitas e despesas faz com que o planejamento financeiro seja uma ferramenta importante para o controle financeiro.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), “planejamento financeiro é um processo que ajuda pessoas e famílias a organizarem a sua vida financeira, por meio da elaboração de estratégias, a fim de atingirem seus objetivos de vida” (CVM, 2022). O que também pode ser motivo de questionamento, pois nem todas as pessoas elaboram estratégias para as suas realizações.

O planejamento financeiro familiar é importante para as famílias que desejam ter as contas em dia e levar uma vida financeira sem grandes preocupações ou privações, mas não podemos dizer que é para todo mundo, dadas as condições financeiras da população brasileira. Segundo Ewald (2015), o principal instrumento é elaborar um planejamento financeiro pensando no hoje, no amanhã e nos dias futuros, utilizando uma ferramenta que planeja um equilíbrio entre as receitas e as despesas nas contas do seu lar, como uma planilha com orçamento doméstico ou até mesmo o registro em um caderno. Em alguns

casos, quando “sobra mês e falta dinheiro”, acaba se tornando comum o uso do cheque especial (para quem possui este recurso), entra-se em crédito rotativo, o dinheiro que entra de novo não é suficiente para cumprir com as obrigações pendentes no mês, ocasionando um ciclo de endividamento, e quando se percebe, “lá se foi a economia familiar.”

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) publicou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) em outubro de 2022 e mostrou que a proporção das famílias com dívidas chegou a 79,3% no mês de setembro, o que representou um aumento de 0,3% em relação ao mês de agosto, que foi de 79,0%. O alto patamar do endividamento foi puxado pela inflação e pela alta taxa de juros, a maior dos últimos seis anos, fixada pelo Banco Central em 13,75% ao ano.

Numa sociedade de consumidores, há consumidores falhos, pessoas carentes de recursos para adicionar à capacidade do mercado de consumo, criando outro tipo de exigência à qual a indústria orientada pelo consumo não pode responder, e que ela não pode lucrativamente colonizar. Os consumidores são os principais recursos de uma sociedade de consumo, os consumidores falhos são seus passivos mais fatigantes e dispendiosos (BAUMAN, 2010, p. 155).



O planejamento financeiro familiar é importante para as famílias que desejam ter as contas em dia(...), mas não podemos dizer que é para todo mundo, dadas as condições financeiras da população brasileira."



A alta taxa de endividamento apresentado na pesquisa da CNC também pode ter sido oriunda de três consequências. Primeiro a falta de conhecimento na elaboração de um orçamento doméstico por parte das famílias, *vis-à-vis* sua demanda reprimida por bens e serviços essenciais, pois não estamos falando dos supérfluos e tampouco dos créditos fartos, pois em uma situação de juros elevados poderemos consequentemente aumentar a inadimplência. "A atual contratação do crédito não é fruto de seu extraordinário sucesso – sucesso ao transformar uma enorme maioria de homens e mulheres, velhos e jovens numa raça de devedores" (BAUMAN, 2010, p. 13). A segunda consequência é o alto índice de desemprego no país, o que, de acordo com o IBGE, no terceiro trimestre de 2022, registrou a taxa de 8,7%, em comparação com o mesmo período de 2021, quando fechou em 13,1%. E por fim, a queda do rendimento médio mensal domiciliar, segundo dados da PNAD do IBGE (2022), foi de 6,9% em 2021 e passou de R\$ 1.454 no ano de 2020 para R\$ 1.353 no ano de 2021.

No caso dos empreendimentos oriundos da economia solidária e/ou da economia popular, como também tomadores de créditos dos bancos comunitários, o ideal é dominar pelo menos os conhecimentos financeiros básicos e preservar o capital adquirido, que são ferramentas imprescindíveis para garantir a estabilidade financeira do empreendimento ou da família para proporcionar conforto e uma possível segurança em longo prazo. O planejamento financeiro é uma constante e jamais se esgotará no primeiro crédito. É um processo dinâmico e não poderia ser diferente. Afinal, a vida financeira pessoal ou do empreendimento passa por diversas mudanças.

2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A palavra educação tem significado claro, direto e objetivo. Segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, educação significa o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, objetivando à sua melhor integração individual e social. (...) Aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas”. Logo, educar-se é aprender mais sobre determinado assunto de forma a beneficiar-se com tal conhecimento.

No Brasil, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar, nem escolar. A formação escolar pode ser considerada uma lacuna nos currículos de grande parte da população, e quando o assunto é educação financeira isso fica mais acentuado.

A educação financeira significa não manter dívidas ou empréstimos para pagar bens supérfluos e desejos de moda. A inteligência no ato de comprar sempre à vista permite que o planejamento financeiro esteja sob controle. Usar o cheque especial ou parcelar as faturas de cartão de crédito dá a falsa sensação de facilidade de pagamento, mas não se os juros da operação sufocam sua capacidade de pagamento. “Com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando desejar, não quando ganhar o suficiente para obtê-las” (BAUMAN, 2010, p. 29).

O Departamento de Educação Financeira do Banco Central elaborou o Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais (2013, p. 3), que aponta: “todo cidadão pode desenvolver habilidades para melhorar sua qualidade de vida e a de seus familiares, a partir de atitudes comportamentais e de conhecimentos básicos sobre gestão de finanças pessoais aplicados no seu dia a dia”. Embora o trabalho não leve em consideração como “todo cidadão” sobrevive.

A pessoa que aprende algumas técnicas para lidar com o dinheiro não é necessariamente uma pessoa financeiramente educada. Longe disso, a educação financeira representa um conjunto de atitudes do dia a dia que vai muito além de saber calcular quanto se paga de juros na compra de um automóvel, por exemplo. Para



Com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando desejar, não quando ganhar o suficiente para obtê-las” (BAUMAN, 2010, p.29).



manter a saúde financeira, o segredo é gastar menos do que se ganha.

O Brasil inovou com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), pelo Decreto no 7.397, de 22 de dezembro de 2010, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi revogado pelo Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Mas mesmo assim, ainda não houve o efeito desejado nas famílias brasileiras das classes C, D e E.

Embora instituições como a B3 (antiga BM&F Bovespa), o Banco Central e a CVM produzam cursos, palestras e eventos para disseminar o conceito de educação financeira, como também alguns bancos comerciais, tais

como Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil Caixa Econômica Federal, sendo essas instituições listadas entre as empresas mais lucrativas do país, é importante salientar que sua lucratividade advém também das altas taxas de juros cobradas para concessão de empréstimos. Assim, infelizmente, as ações promovidas são insuficientes para modificar a situação do país nesse aspecto. Os juros do mercado de crédito bancário também precisam ser avaliados, ou melhor, reduzidos. Porque não será somente a educação financeira que tornará os cidadãos menos endividados ou lhes permitirá planejar o seu futuro com a tomada de crédito.

3.OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira também pode ser entendida na economia solidária como uma práxis pedagógica (GADOTTI, 2009), pois acentua o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório e alternativo, construído de forma coletiva onde os implicados possam compreender todo o processo que estão aprendendo. Isso porque “de maneira geral a economia solidária baseia-se na ajuda mútua e esse princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições – exigências de todo o diálogo verdadeiro – entre educador e educando, deve ser levado em conta na formação da economia solidária” (GADOTTI, 2009, p. 36).

Esse processo de “reciprocidade e igualdade de condições” é levado em consideração no processo de educação financeira proposto pelos bancos comunitários. No Instituto Banco Palmas (IBP), as oficinas foram compostas por três instrumentos pedagógicos específicos: i) um cordel sobre educação financeira, escrito em linguagem popular, com facilidade de assimilação; ii) uma peça teatral (esquete), encenada pelas mulheres beneficiadas do Programa Bolsa Família (atual Auxílio Brasil), em forma de comédia, com curto tempo de duração e voltado para o orçamento doméstico; iii) um caderno de atividades, com jogos interativos onde as famílias recebem orientação de como organizar o orçamento doméstico, como definir prioridades na hora de comprar e como economizar na administração diária da casa.

A “Oficina de Educação Financeira para Mulheres do Bolsa Família” tem uma metodologia popular elaborada pelo IBP e o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP); está voltada para um formato de troca de saberes sobre o cotidiano financeiro dessas mulheres, pois é protagonizada por elas mesmas, dura cerca de duas horas, com público médio de 20 mulheres, sendo a maior parte das participantes moradoras do Conjunto Palmeira (Fortaleza-CE), com idade entre 26 a 35 anos e renda média de até um salário mínimo. Segundo o IBP (2018), “evita-se ao máximo trazer receitas prontas reproduzindo um estilo de sala de aula, busca-se reproduzir um conhecimento coletivo a partir das vivências práticas de cada mulher”, até porque essas atividades são realizadas na própria comunidade (escola, igrejas e associações) e/ou na casa de alguma mulher do grupo (para facilitar a locomoção das outras participantes e estreitar laços fraternos e de solidariedade). Além da linguagem popular, outros fatores importantes da metodologia são os instrumentos pedagógicos utilizados para a realização desta atividade (teatro, cordel e caderno de atividades), o que aproxima mais a realidade local, pois as situações são tratadas com senso de humor.

Uma educação para a cooperação, uma educação para a solidariedade, não é apenas uma opção ética. É uma condição humana necessária para o desenvolvimento pessoal e social. Respeitar os talentos de cada um, de cada uma, valorizá-los e promovê-los, é um dever educacional e uma responsabilidade social e política de todos e todas (GADOTTI, 2009, p. 45).

Segundo o Instituto Banco Palmas (2018), essa atividade começou por conta de as mulheres terem seus nomes negativados pelo uso demorado do telefone celular, ou seja, a compra de crédito para utilizarem os seus telefones foi uma das causas do endividamento. Mais de 15 mil mulheres que passaram pelas oficinas foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Em sua maior parte, não tinham nenhuma prática de planejamento doméstico, muito menos a valorização do consumo local, que é um diferencial para a concessão de crédito pelo banco comunitário.

No caso do Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD), duas funcionárias, ao perceberem as necessidades dos possíveis tomadores de créditos nas elaborações dos planejamentos financeiros, começaram a introduzir o conceito de orçamento familiar, em conversas, aconselhamentos, palestra e oficinas. Tudo começou porque um cliente do banco solicitou um empréstimo de valor muito baixo que fora negado, uma vez que ele tinha endividamento. A insatisfação do cliente com a negação do crédito pelo banco levou uma das funcionárias a uma prática de diálogo e logo depois aconselhamento sobre endividamento, até se transformar em oficina sobre educação financeira.

Segundo Lizete Martins (2018), funcionária que implantou essa prática no BCCD, sua formação de técnica em administração foi importante para perceber a questão de como esses usuários do banco administravam o seu dinheiro, pois a maior parte possuía renda e não estava desempregada, e ainda assim tinha um grau de endividamento elevado. “Eu nunca entendia como a pessoa tinha o seu salário e ficava sempre endividada”, ponderou. A partir deste questionamento, começou a procurar esses usuários esporadicamente para um bate-papo sobre os seus endividamentos e passou a sugerir algumas orientações para retirada de seus nomes do Serviços de Proteção ao Crédito

(Serasa Experian). Ela até mesmo imprimia os boletos de pagamentos, em razão de muitos desses inadimplentes não terem correio eletrônico para receberem suas cobranças. Assim, em alguns casos, Lizete recebia por e-mail e imprimia.

Quanto à população de um país como o Brasil, que busca resgatar um pouco de soberania na sua posição periférica, o que parece restar é um sentimento de impotência. Perplexas e endividadas, as famílias vêm aparecer o seu “nome sujo” na Serasa-Experian – aliás uma multinacional – caso não respeitem as truncadas regras do jogo. Na confusão das regras financeiras, contribuem para a concentração de riqueza e de poder com os altos juros que pagam nos crediários e nos bancos, com juros surrealistas da dívida pública, e pelas políticas ditas de “austeridade” que as privam dos seus direitos (DOWBOR, 2017, p. 137).

Logo após a realização dos respectivos pagamentos pelos clientes do banco, eles informavam a liquidação da dívida a Lizete como compromisso moral. Para ela, muitas vezes faltava administração com as contas domésticas e instrução para essas pessoas administrarem suas finanças. A partir das atividades das funcionárias, principalmente Lizete, o BCCD começou o trabalho de educação financeira com oficinas, inicialmente voltadas para artesãs, e logo depois para outros clientes do banco, com a metodologia em que os participantes descreviam o que estavam gastando (despesas) e o que estavam recebendo (receita). Após um determinado período, as participantes passaram a perceber o seu fluxo de caixa, a prova, segundo Lizete, foi uma das artesãs que a procurou e falou: “Ah, Lizete, foi muito legal aquilo que você ensinou porque eu descobri onde eu gastei R\$ 1.000,00”. O trabalho de educação financeira desenvolvido e realizado por ela no BCCD foi “a oportunidade de ensinar as pessoas a organizar suas dívidas, e foi um grande aprendizado” (MARTINS, 2018).

Os trabalhos desenvolvidos pelo Banco Palmas e pelo Banco Comunitário da Cidade de Deus devem ser considerados de extrema relevância para o ensino da educação financeira. Vale lembrar que os mais pobres comprometem a maior parte da sua renda em itens como



Mais de 15 mil mulheres (...) não tinham nenhuma prática de planejamento doméstico, muito menos a valorização do consumo local, que é um diferencial para a concessão de crédito pelo banco comunitário.

alimentação e transporte, nas suas cestas de consumo de bens e serviços, uma vez que seus níveis de rendimentos são baixos. E se esses se tornarem endividados ficarão com seus níveis de subsistência comprometidos, o que vem acontecendo em nosso país nos últimos dois anos. As metodologias adotadas pelas instituições aproximaram os mais populares de uma temática que muitos não sabiam que existia. Servem de exemplo para as instituições tecnocratas, ou até mesmo para os educadores financeiros. Por isso, cabe a reflexão e/ou adoção de metodologias mais próximas do grande público, que são aqueles que mais precisam e padecem com dívidas do consumo ou de subsistências oriundas dos créditos mal utilizados, que em muitos casos não podem ser considerados erros, mas uma condição de sobrevivência e/ou falta de conhecimento sobre educação financeira atrelada aos juros elevados.

Referências:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*: BCB, 2013. 72p.

BAUMAN, ZYGMUNT. *Vida a crédito: conversas com Citali Rovirosa-Madrazo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Disponível em: <<http://cnc.org.br/>>. Acesso em: 17 outubro 2022.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EWALD, Luís Carlos. *Sobrou dinheiro! Lições de economia doméstica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. rev., ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/>>. Acesso em: abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2022.

MARTINS, Lizete. *Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente*. Rio de Janeiro, set. 2018.



Anderson Carlos Nogueira Oriente é licenciado em história pela FAEP e bacharel em Ciências Econômicas pela UNESA. Doutor e mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

Caracterização dos agricultores da feira orgânica do território do Irecê e impactos desta atividade em suas rendas e qualidade de vida

Por Sandilla Machado

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo caracterizar os agricultores familiares que produzem e vendem na Feira Orgânica do Território de Irecê e identificar os impactos da produção Orgânica em sua renda familiar.

A Agricultura e Feira Orgânica no Território conseguem ser uma importante fonte de renda para 114 famílias, que em 2020, conseguiram movimentar em média R\$ 700.000,00 - fato que desencadeia na geração de empregos e renda nos diversos municípios que abrangem a Feira.

A pesquisa constituiu um estudo de caso com abordagem mista, qualitativa e quantitativa. Os procedimentos técnicos utilizados foram pesquisa bibliográfica e levantamento de dados. As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário semiestruturado, que buscou informações sobre a renda e qualidade de vida dos agricultores. Dos 30 agricultores que vendem na Feira Orgânica, 21 responderam ao questionário, dentre eles o coordenador da Feira.

Por meio da pesquisa, concluiu-se que a feira orgânica é uma ação primordial no processo de socialização, geração de renda e aumento na qualidade de vida, não só para os agricultores, mas para todos os agentes que atuam direta ou indiretamente na sua realização, como trabalhadores diaristas e consumidores.



Foto: Reprodução - Prefeitura de Irecê

2. AGRICULTURA ORGÂNICA

A agricultura orgânica é definida pela Lei 10.831 de 23 dezembro de 2003, de forma ampla:

Art 1º Sistema orgânico de produção agropecuária como todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, [s.p.]).

De forma mais específica, a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) define agricultura orgânica como sendo “um processo produtivo que visa produzir alimentos baseados na organicidade e que garanta a saúde para os seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto”, mantendo o equilíbrio entre tais elementos e os seres humanos. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) também traz um conceito muito semelhante: “é um processo de produção agropecuária em que técnicas específicas são adotadas, por meio da otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais”. Assim entendendo o conceito de agricultura orgânica, é possível também compreender o seu protagonismo nos dias de hoje.

Compreendendo o conceito da agricultura orgânica podem surgir ainda algumas dúvidas, como por exemplo: como garantir que a agricultura praticada por um produtor é de fato orgânica? Por isso:

A fim de regulamentar o setor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estabeleceu, pela Instrução Normativa 007/99, de 17 de maio de 1999, as normas disciplinares para produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos, sejam eles de origem animal ou vegetal (ORMOND ET AL, 2002, p. 19).

Assim a garantia de que o produto é orgânico é dada por meio do processo de certificação, que surge para manter a confiabilidade do consumidor no produto orgânico.



A agricultura orgânica é um processo produtivo que visa produzir alimentos baseados na organicidade e que garanta a saúde para os seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto”.

3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O território de Irecê está localizado na Chapada Diamantina Setentrional, noroeste do estado da Bahia, ocupa uma área de 26.730 km² e corresponde a 4,6% da superfície total do estado. É composto por 20 municípios, os quais têm como principal atividade econômica a agricultura familiar.

Figura 1 Localização do Território de Irecê no mapa da Bahia



Fonte: www.brasilfazendas.com.br/mapasmapas.htm

4. A FEIRA LIVRE DE IRECÊ-BA

A feira livre de alimentos orgânicos da cidade de Irecê possui estatuto, regimento e regulamento, e existe há mais de 25 anos. Inicialmente acontecia mensalmente, depois passou a ser realizada duas vezes ao mês, e, logo, passou a ser semanal. É composta por 14 grupos e 114 produtores certificados. Os grupos se reúnem para as decisões coletivas sempre que necessário, sendo 30 representantes entre agricultores e feirantes, que são donos da barraca. Os preços, por exemplo, são tabulados e decididos em reunião entre todos, por meio de estudo e de sugestões.

O processo de certificação ocorre duas vezes ao ano, por meio do Núcleo Raízes do Sertão da Rede de Agroecologia Povos da Mata, e tem validade de um ano, mediante autorização para visitas participativas e emissão de laudos. Além disso, o feirante precisar estar presente nas reuniões, pois o não comparecimento a três delas implica na perda de certificação de produtor orgânico e do lugar de vendedor na feira.



Foto: Reprodução - Portal Caraíbas FM

5. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Os agricultores entrevistados pertencem ao Território de Irecê, sendo distribuídos em 10 municípios. Há uma distribuição equitativa entre os municípios do Território, notando-se uma pequena concentração de 19% no município de São Gabriel, seguindo de 14% nos municípios de Lapão, Central e Uibaí.

Dos agricultores orgânicos que compõem a Feira, 71% possuem mais de 40 anos, uma faixa etária que corresponde a pessoas que já possuem uma base familiar estruturada, muitas vezes com filhos que já participam dos processos produtivos. Constatou-se também que 72% dos agricultores são casados ou vivem em uma união estável, já 28% são solteiros ou estão divorciados. Esse dado comprova que a Feira Orgânica tem sua base fundamentada em uma agricultura familiar, onde a maior parte dos integrantes da família se dedicam à produção agrícola. 81% dos entrevistados possuem ao menos um filho e 67% têm dois ou mais filhos. Os dados apresentam um número acima da média baiana de 2008, que era de 1,86 filhos, e nacional, que é de 1,72.

A composição familiar apontada nos resultados, tendo como base o número de residentes na casa, é de 76% morando com o cônjuge e filho ou filhos e apenas 24% residindo sozinho ou como cônjuge. Quanto à escolaridade, 23% dos agricultores possuem graduação - esse valor fica acima da média nacional que é 21%, e 80% concluíram o ensino médio, valor bem acima da média nacional que é de 48%.

6. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

Dos feirantes entrevistados, apenas um se declarou não agricultor e 14% declararam que estão no ramo há menos de 10 anos. Os demais, ou seja, 76% se declararam agricultores desde o nascimento, pois além de ajudarem seus pais desde a infância, nunca se afastaram do desempenho desta atividade. Dentre os feirantes entrevistados, 38% estão desempenhando essa atividade há até 3 anos, 36% entre 4 e 8 anos, e 24% há mais de dez anos.

A produção agrícola em 86% dos casos envolve a participação de toda a família,

incluindo cônjuge, filhos, irmãos e cunhados, sendo o trabalho complementado por meio da contratação de diaristas, os quais recebem um valor diário pelo trabalho. Em relação à “divisão” dos lucros no ambiente familiar, foi relatado que o valor é dividido em partes iguais, ou no caso de casais, que não há divisão, uma vez que o dinheiro pertence a toda a família.

Em relação à renda familiar, 80% dos agricultores relataram que tiveram um aumento da renda após iniciar a trabalhar com produtos orgânicos. 56% dos agricultores possuem uma renda proveniente da agricultura orgânica de até R\$ 2 mil, enquanto a renda de 44 % deles varia de R\$ 3 até R\$ 8 mil.

Todos os agricultores relataram que conseguiram fazer melhorias em sua residência e/ou propriedade rural a partir da produção orgânica, incluindo aquisição de carros, motos e implementos, abertura de poços artesianos, construção de cercas e currais, pagamento de escolas para os filhos, estruturação da propriedade rural, tornando-a uma unidade de turismo, compra de móveis e eletrodomésticos, dentre outras.

Em relação à composição da renda, todos os agricultores responderam que a sua maior parte vem da agricultura familiar, sendo que 67% dedicam-se exclusivamente a essa atividade e 33% exercem outra atividade para complementar a renda. Dentre as atividades citadas estão diaristas, vigilantes etc.

Questionados sobre a aquisição de alguma linha de crédito, apenas 19% dos agricultores relataram terem conseguido algum tipo de financiamento, sendo 75% por meio do Banco Nordeste e 25% pelo Banco do Brasil. Os agricultores demonstram interesse em acionar linhas de créditos, mas relataram que acabam esbarrando em questões burocráticas, o que dificulta o acesso.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi exitosa em seu objetivo, uma vez que conseguiu caracterizar os agricultores que participam da Feira Orgânica do Território de Irecê. Percebeu-se que a maioria deles residem e trabalham com cônjuge e filhos e que a renda auferida da agricultura familiar é a principal renda da casa.

Observou-se o nível de escolaridades dos entrevistados, médio e superior, está acima das médias nacionais. Além disso percebe-se que a prática da agricultura orgânica e principalmente a comercialização destes produtos na feira orgânica de Irecê, proporcionou uma melhora na qualidade de vida dos agricultores, com melhorias nas propriedades rurais e nas residências, pois também houve melhora nas condições econômicas, já que a renda de 56% dos entrevistados é de até R\$2000,00 e em 67% dos casos essa renda é proveniente exclusivamente da agricultura orgânica.

Sendo assim, a Feira Orgânica de Irecê traz para a região benefícios para quem produz e para quem consome, sendo indispensável a preocupação dos feirantes em manter o meio ambiente livre de agrotóxicos, proporcionando melhorias na saúde e qualidade de vida.

Referências:

AAO. Agricultura Orgânica. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/agricultura-organica.php>> Acessado em: 27 de novembro de 2019;

ANAISCBBC. Análise da viabilidade financeira da agricultura orgânica versus agricultura convencional: o caso da manga no submédio do vale do São Francisco. <<https://anaiscbbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2248/2248>> Acessado em: 29 de novembro de 2019;

BNDES. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2479>> Acessado em: 13 de novembro de 2019;

BRASIL. Lei Nº 10.831 de 23 de Dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm> Acessado em: 27 de novembro de 2019;

FEIRA de orgânicos certificados beneficia consumidores e produtores da região de Irecê. Prefeitura de Irecê, Irecê, 14 de fev. De 2018. Disponível em: <<http://irece.ba.gov.br/noticias/>

[feira_de_organicos_certificados_beneficia_consumidores_e_produtores_da_regiao_de_irece-175](#)>. Acesso em: 25 de nov. de 2019.

IBD. Certificações. Disponível em: <<https://www.ibd.com.br/certificacoes/>> Acessado em: 29 de novembro de 2019;

PAULA, Juarez de. Desenvolvimento Local como fazer? Brasília: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas, 2008.

RIBEIRO, E. M.; CASTRO, B. S. de; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F. M.; AYRES, E. B. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. *Agriculturas*, v. 2, n. 2, jun. 2005.

POCHMANN, Márcio (Org.) Políticas para o Desenvolvimento Local. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

UFRRJ. A difusão da agricultura orgânica de base agroecológica: Uma discussão sobre as experiências de Río Cuarto (Argentina) e Seropédica (Brasil). <<http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgctia/files/2015/03/DO-2014-Marcos-Queiroz.pdf>> Acessado em: 29 de novembro de 2019.



Sandilla Machado é economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana, graduada em Sociologia pela Faculdades Integradas de Cruzeiro, mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Atualmente é professora da Faculdade Irecê e da Universidade do Estado da Bahia.

Prêmio Paul Singer

reconhece trabalhos

de economia solidária

Por Manoel Castanho, jornalista da Coordenação de Comunicação

O Conselho Federal de Economia, em parceria com o Instituto Paul Singer, promoveu no ano de 2022 a primeira edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas. A iniciativa reconhece projetos de economia solidária no formato de projetos de extensão, preferencialmente em incubadoras universitárias.

Os trabalhos foram divididos em duas categorias: Incubação de Projetos, com prêmio de R\$ 4 mil para o ganhador; e Assessoramento de Projetos, com prêmio de R\$ 6 mil para o primeiro colocado.

A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva é a coordenadora do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social e Economia Solidária dentro do Cofecon. Ela destaca que o Prêmio Paul Singer foi concebido para valorizar as oportunidades de negócio dentro desta filosofia, que tem crescido no Brasil.

“Precisamos divulgar nas universidades e entre os economistas que é possível se desenvolver e se inserir no mercado de trabalho a partir de empreendimentos solidários”, comenta Teresinha. “Os projetos apresentados são de excelente qualidade, mostrando que realmente fazem a diferença na região e causam impacto econômico positivo. Por isso a importância de valorizar outros modos de produção não capitalistas. A continuidade do Prêmio Paul Singer dará visibilidade a essas prá-

ticas, que estão mudando a realidade local em várias partes do País.”

Conheça a seguir algumas histórias de empreendimentos solidários que fazem a diferença nas regiões em que estão inseridos e que concorreram na primeira edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.



Categoria Incubação de Projetos

1º Lugar (Prêmio de R\$ 4.000,00):

Representante do grupo: João Carlos de Pádua Andrade.

Instituição: Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Categoria Assessoramento de Projetos:

1º Lugar (Prêmio de R\$ 6.000,00):

Representante do grupo: Ladislau Dowbor.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP;

2º Lugar (Menção honrosa):

Representante do grupo: Carolina Silva Lessa.

Instituição: Universidade Federal Fluminense – UFF;

3º Lugar (Menção honrosa):

Representante do grupo: Sibelle Cornélio Diniz da Costa.

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.



Escritório de projetos

O núcleo de extensão da Universidade Estadual de Santa Cruz possui um programa chamado Escritório de Projetos. Para concorrer ao prêmio, quatro deles foram apresentados: o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal; costurando sonhos; microfinanças para nanoempreendedores; e aceleradora de empreendimentos femininos.

No primeiro deles, iniciado em 2010, a renda das famílias de pescadores beneficiadas cresceu substancialmente, novas moradias foram construídas e uma parceria com uma empresa privada permitiu ter uma unidade de beneficiamento do pescado. Já o projeto Costurando Sonhos foi iniciado em 2021 e tem capacitado mais de 100 pessoas por ano, além de incentivar a criação de novos negócios.

Outra iniciativa, esta iniciada em 2022 com o apoio de uma rede atacadista, proporcionou crédito e capacitação em empreendedorismo para contribuir com 200 famílias de nanoempreendedores. Foram selecionados grupos locais de 10 empreendedores que se conhecem, iniciando com o ramo de alimentação, e cada empreendedor recebe um crédito de R\$ 1.500,00, com três meses de carência e pagamento em cinco parcelas iguais. O recebimento da primeira parcela de cada grupo permite que outros dois trabalhadores sejam beneficiados. Um total de 45% dos beneficiados não possuía sequer conta bancária, e a abertura de uma conta em banco digital foi uma das orientações prestadas.

A aceleradora de empreendimentos femininos facilita o acesso ao microcrédito para empreendedoras negras, indígenas e da periferia, com negócios em estágio inicial entre 1 e 2 anos e renda familiar inferior a 2 salários mínimos.

Para o professor João Carlos Pádua, coordenador da atividade, todos os projetos geraram elevados níveis de satisfação – mas há um que se destaca: o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca, que se tornou tema da sua tese de doutorado e do livro *A pesca no Sul da Bahia: um olhar*



A economia solidária (...) é imprescindível para a formação do profissional de economia, principalmente em lugares distantes dos grandes centros."

socioeconômico. Além disso, vários alunos e colaboradores escreveram trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e artigos científicos. Pádua também destaca que um dos maiores ganhos tem sido fazer com que as comunidades beneficiadas possam conquistar desejos que pareciam distantes.

"São mais de 10 anos convivendo com diferentes nuances, stakeholders, estados brasileiros, conflitos socioambientais e ações implementadas. Embora a pesca artesanal seja uma das atividades econômicas mais antigas da humanidade, ela ainda apresenta limitações e dificuldades, sendo um vasto campo para testar teorias e verificar os efeitos práticos", comenta Pádua. "Continuamos construindo uma fábrica de gelo para comunidades isoladas, já que o gelo é um insumo imprescindível na pesca. Estamos capacitando um grupo de mulheres para serem empreendedoras, conduzindo uma unidade de beneficiamento de pescados."

A economia solidária, na visão do professor, é imprescindível para a formação do profissional de economia, principalmente em lugares distantes dos grandes centros. "Aqui no sul da Bahia trabalhamos o ensino da economia solidária associado à extensão universitária, levando a universidade até as comunidades que não tiveram oportunidade de usufruir de seus conhecimentos." E recomenda aos alunos: "Participem de projetos de extensão que foquem em economia solidária. Busquem contribuir para a construção de um mundo melhor. A participação de um estudante universitário no meio de uma comunidade onde os jovens ainda não tiveram a possibilidade de sonhar com um curso superior gera um imenso sentimento por busca de futuros melhores".

Cooperativa de costureiras

O bairro da Casa Verde, em São Paulo, abriga diferentes níveis de renda, culturas e setores industriais. Como a presença de cadeias produtivas não é suficiente para conciliar os diferentes



interesses, surgiu o Nosso Núcleo Casa Verde, uma iniciativa do Instituto Wizion. Suas ações se deram ouvindo a população local para conhecer as necessidades, aprofundar o entendimento sobre o potencial instalado e avaliar a demanda.

Um dos resultados do movimento é o aplicativo Taqui, criado por uma parceria com professores e alunos da Universidade de São Paulo (USP) para conectar comerciantes e clientes do bairro da Casa Verde. Ele conta com um marketplace gratuito e com uma plataforma de videoconferências.

Durante as reuniões para conhecer as necessidades da população local, o Núcleo

identificou o coletivo Sartasiñani, formado por costureiras, sendo várias delas estrangeiras e oriundas de situações de trabalho análogas à escravidão. Elas receberam treinamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), recebendo salário. No entanto, após o treinamento, muitas estavam trabalhando em casa, por até 16 horas diárias, usando suas próprias máquinas, tecidos e aviamentos.

O projeto Tramando Juntas (C&A e Centro de Apoio ao Imigrante) iniciou em 2019 uma série de conversas em que foi abordada a importância da cooperação para que as costureiras fossem mais produtivas e competitivas. O resultado foi a criação da cooperativa com a marca Sartasiñani, concebida à luz da história de vida das costureiras, para não venderem apenas produtos, mas narrativas.

A assessoria do Nosso Núcleo à cooperativa tem aumentado consideravelmente o nível de profissionalização do trabalho das costureiras no sentido de criação do negócio, em vez de se manter na condição de autoemprego. Uma oportunidade identificada foi a de produzir uniformes escolares para o município de São Paulo, comercializando por meio do aplicativo Taqui. A iniciativa foi tão bem-sucedida que a cooperativa foi certificada pelos órgãos de controle como a melhor fornecedora da cidade.

O modelo de assessoramento do Nosso Núcleo pode ser reproduzido em outros territórios. Nas palavras dos organizadores, “permite mitigar os efeitos de um cenário global, em que as tecnologias vêm substituindo mão de obra cada vez mais rapidamente, com prováveis aumentos do nível de desemprego estrutural”.

Dados estatísticos de moeda social

A prefeitura do município de Niterói elaborou um programa de combate à pobreza que busca beneficiar mais de 100 mil pessoas e envolveu a criação de um banco comunitário e uma moeda social – que receberam o nome de Arariboia. No primeiro ano do programa, o orçamento foi de 135 milhões de reais, com cerca de 31 mil famílias recebendo benefícios em moeda social, que tem tido ampla aceitação pelo comércio na cidade.

Mas desde o período de lançamento não houve coleta de dados a fim de avaliar estatisticamente a eficiência do impacto da moeda sobre os beneficiários e os comércios.

“Os dados estatísticos conseguem mensurar resultados para um acompanhamento da efetividade da moeda. Como em qualquer pesquisa ou processo, é necessário entender a satisfação, o grau de completude, e se o objetivo estratégico inicial está sendo alcançado”, explica a estudante Julia Pereira.

“Nosso trabalho busca dar a resposta se o uso da moeda social é mais efetivo do que o uso da moeda corrente. Historicamente, as moedas sociais surgem de iniciativas da sociedade civil para o enfrentamento de crises econômicas”, completa a estudante Carolina Lessa. “Elas trazem a oportunidade de implementar inúmeros princípios sociais, como inclusão financeira, crédito aos mais pobres e meios de produção sustentáveis.”



Foto: Reprodução - Portal Instituto e-dinheiro Niterói

A falta de dados é uma das grandes fragilidades da implantação do projeto da moeda social. E foi esta lacuna que o trabalho, assessorado pela professora Júlia de Medeiros Braga, da Universidade Federal Fluminense, buscou preencher. A criação e o estudo de um banco de dados permitem orientar decisões do banco comunitário quanto ao crédito, bem como identificar fragilidades e boas práticas que permitem a sobrevivência ou não dos empreendimentos solidários.

Carolina teve a experiência de estagiar na Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária e Júlia Pereira trabalhou na AgeRio, a agência de fomento do estado do Rio de Janeiro. Estas experiências proporcionaram a ambas uma série de ferramentas úteis no desenvolvimento do projeto, tanto em relação à melhoria do projeto da moeda quanto ao uso de indicadores de impacto social para avaliar a utilização. E o contato com as pessoas permite uma visão humana dos efeitos daquilo que é realizado. “Como estudantes de economia, estamos muito ligadas a números. Mas quando vemos as pessoas, elas não são números. São pessoas contempladas pelo programa, trabalhadores que querem ter uma vida melhor, uma cidade melhor e oportunidades”, conta Carolina.

Para Júlia Pereira, o ensino de economia solidária no curso de Ciências Econômicas acrescenta uma visão do cooperativismo e da solidariedade, ao contrário de outras visões econômicas focadas na teoria dos jogos e na competitividade. “Essa complementaridade ajudaria a formar economistas consolidados com visões diferentes e aptos a escolherem e entenderem qual se aplica ao seu pensamento, sem viés relacionado”, finaliza Júlia.

Feiras de Economia Solidária

Um projeto realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais desde 2015 é a organização de uma feira de economia solidária. Ela conta com empreendimentos nas áreas de alimentação agroecológica, confecções, artesanato, higiene e limpeza (cosmética natural), sementes e mudas.

Os empreendimentos que desejam participar da feira – que já teve 25 edições realizadas - devem ter sede na região metropolitana de Belo Horizonte e participar de fóruns ou grupos de economia popular e solidária.

Cerca de 83% dos produtores participantes das feiras eram mulheres e a média de idade dos participantes era de 46 anos e, para cerca de 82% deles, a renda mensal obtida com o empreendimento era inferior a dois salários mínimos, mas representava uma parcela significativa da renda familiar total. Cerca de 57% dos empreendimentos eram compostos por pelo menos três pessoas e 90% deles eram majoritariamente femininos.

As medidas de isolamento social para combater a pandemia impediram a realização do projeto, mas três novas edições ocorreram no primeiro semestre letivo de 2022 e outras duas estão previstas



Foto: Reprodução - UFMG

para o segundo semestre. Além disso, em 21 de junho, foi oferecida aos produtores uma oficina de precificação, trazendo conhecimentos úteis para o desenvolvimento da atividade econômica.

“Ao longo dos oito anos de existência da Colmeia, buscamos criar uma interseção entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a construir um olhar distinto sobre os fenômenos econômicos, abrindo mão de pensar as experiências econômicas diversas como simples variações do capitalismo”, explica a professora Sibelle Diniz. “A formação teórica e extensionista é fundamental para a construção de outro imaginário da economia e para o acolhimento das histórias dos sujeitos que chegam à universidade como ponto de partida para se repensar a economia.”

Para Sibelle, coordenar o projeto é uma oportunidade de humanizar a prática acadêmica. “Buscamos a construção de projetos e ações de forma coletiva e horizontal. Propomos, ainda, que estas práticas sejam centradas no cuidado entre todos os participantes”, comenta. Ao longo dos anos, 35 alunos passaram pelo projeto, sendo 30 de graduação (17 bolsistas e 13 voluntários) e cinco de pós-graduação (quatro bolsistas e uma voluntária). “O desafio não é fácil, mas me emociona, especialmente, acompanhar a formação dos estudantes e sua evolução como profissionais de economia sensíveis às pessoas e à diferença econômica”, finaliza a professora.

Unesc tem disciplina obrigatória de economia solidária

Em outubro de 2011 foi realizada a primeira edição da Feira de Economia Solidária da Unesc, evento que se repetiu em junho do ano seguinte. Em comum, as duas edições tiveram o apoio de instituições sociais e filantrópicas e a universidade, por meio de projetos de extensão, teve participação fundamental. Alguns produtos regionais oferecidos foram bolos, biscoitos, bolachas, pães, salgados, doces, geleias, conservas, massas, lasanhas, pastéis, queijos, salames, frutas e verduras sem agrotóxicos, além de produtos artesanais como tapetes, crochês, tricôs e uma variedade de outros produtos.

Desde 2012 a feira passou a ser realizada no campus da universidade, durante o período letivo, com periodicidade semanal, às quartas-feiras. O projeto partiu da constatação de que os empreendimentos de economia solidária (cooperativas de agricultura familiar, associações de artesãos e colônias de pescadores) precisavam de fluxo de renda contínuo para manterem suas atividades. Cerca de 35 empreendimentos foram beneficiados e entre 500 e 700 consumidores compram semanalmente. Durante a pandemia, um catálogo serviu para manter o vínculo entre produtores e consumidores.

Em 2013 foi lançado o livro Economia Solidária no Sul Catarinense: Ações e Perspectivas, publicado pela editora da universidade (Edinesc) e dividido em três partes, dedicadas a abordagens teóricas, estudos de caso junto às cooperativas de agricultura familiar e associações de artesanatos e relatos de extensão e intervenções. “Este livro foi importante para dar visibilidade aos temas da economia solidária na região sul de Santa Catarina”, comenta o professor Dimas Estevam.

Desde 2002, o curso de Ciências Econômicas da Unesc tem uma disciplina de economia solidária, obrigatória na grade curricular. “Ela tem sido relevante para demonstrar que a



Foto: Reprodução - UNESC

economia ensinada não se reduz ao mainstream econômico. Existem outras possibilidades de organização econômica e social, às vezes discriminadas pelo pensamento dominante”, defende Estevam. “A disciplina é realizada com atividades acadêmicas e práticas. Também se realizam ‘intervalos solidários’, em que os alunos trazem de casa lanches e bebidas – ou compram de empreendimentos solidários – que são socializados durante os intervalos das aulas. Esta atividade tem sido bem aceita e visa conscientizar de que é possível economizar e se alimentar bem com poucos recursos, além de facilitar a integração das turmas.”

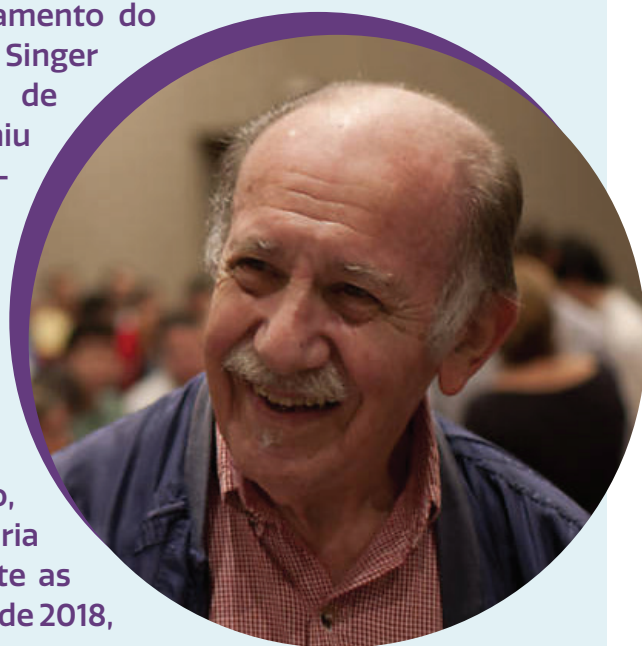
O curso de Ciências Econômicas da Unesc passou por reformas curriculares, mas a disciplina de economia solidária tem sido mantida. Para o professor Estevam, é difícil pensar a Unesc sem a feira de economia solidária. “O que me faz sentir realizado e levar adiante o projeto é saber que o trabalho tem sido reconhecido. Quando iniciamos, havia poucos empreendimentos coletivos e nenhuma feira. Atualmente, dos 15 municípios da região da Amrec (região carbonífera do sul catarinense), 13 possuem uma feira permanente, nos moldes da feira da Unesc”, finaliza.

Paul Singer

Nascido na Áustria, Singer chegou ao Brasil em 1940, aos oito anos, devido à perseguição aos judeus depois que a Áustria foi anexada à Alemanha nazista. Graduou-se em economia pela Universidade de São Paulo, em 1959. Doutorou-se em sociologia, tornou-se livre docente em demografia e professor titular em economia pela mesma universidade. Singer foi um dos fundadores do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), em 1969, onde atuou até 1988. Também foi professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde permaneceu por quatro anos e chefiou o Departamento de Economia.

Exerceu o cargo de Secretário do Planejamento do Município de São Paulo (1989-1992). Em 1996, Singer liderou a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na USP e em 2003, assumiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego, cargo em que permaneceu até 2016. Em 2011 apresentou suas ideias a respeito dos bancos comunitários – que ele considerava instrumentos importantes para a erradicação da miséria.

É autor de extensa obra, com temas diversos como desenvolvimento, economia política, dinâmica populacional, urbanismo, trabalho, socialismo, inflação e economia solidária – tema ao qual se dedicou intensamente durante as últimas décadas de sua vida. Faleceu em 16 de abril de 2018, aos 86 anos.



Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



Assine agora!

2022: um ano de muito trabalho

Por **Manoel Castanho**, jornalista da **Coordenação de Comunicação**

A área de responsabilidade social e economia solidária é vista com muita atenção pelo Cofecon e, desde 2016, há um grupo de trabalho específico para tratar destas questões no âmbito da autarquia. Muitas ações já foram realizadas e o ano de 2022 não foi diferente.

Uma das tarefas mais relevantes, e que envolve um trabalho anterior ao início do exercício de 2022, é o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, criado para incentivar atividades de economia solidária realizadas na forma de projetos de extensão, preferencialmente em incuba-

doras universitárias. O concurso tem a parceria do Instituto Paul Singer e recebeu inscrições de trabalhos até o mês de julho. A cerimônia de entrega acontecerá em 2023.

Durante a segunda metade do ano, a principal atividade do GT Responsabilidade Social e Economia Solidária foi a organização e realização de lives para debater diversos aspectos da economia solidária. A série teve início ainda em junho, discutindo a reindustrialização solidária e os economistas, com transmissão pelo canal do Cofecon no YouTube.

Nos meses seguintes, os temas foram a institucionalização e composição da economia solidária, em julho; a economia solidária e o mer-

Economia Solidária EM DEBATE **LIVE**

OS ECONOMISTAS E A REINDUSTRIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA
15 de junho, às 16 horas

Renato Dagnino, Tania Teixeira, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Onde assistir? [Youtube.com/Cofecon](https://www.youtube.com/Cofecon)

Economia Solidária EM DEBATE **LIVE**

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA COMPOSIÇÃO
14 de julho, às 16 horas

Adolfo Homma, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Onde assistir? [Youtube.com/Cofecon](https://www.youtube.com/Cofecon)

Economia Solidária EM DEBATE **LIVE**

MERCADO DE TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA
16 de agosto, às 17 horas

Marcelo Pochmann, Maria de Fátima Miranda

Onde assistir? [Youtube.com/Cofecon](https://www.youtube.com/Cofecon)

Economia Solidária EM DEBATE **LIVE**

OS BANCOS COMUNITÁRIOS E A REDE BRASILEIRA DE BANCOS
25 de outubro, às 16 horas

Manuela Mello, Leonora Mot, Anderson Oriente, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Onde assistir? [Youtube.com/Cofecon](https://www.youtube.com/Cofecon)

Economia Solidária EM DEBATE **LIVE**

OS DESAFIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NA AMAZÔNIA
22 de setembro, às 16 horas (Horário de Brasília)

Denise Kassama Franco do Amaral, Suelen Ramos, Marcela Vieira, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Onde assistir? [Youtube.com/Cofecon](https://www.youtube.com/Cofecon)

Algunas das lives do GT Responsabilidade Social e Economia Solidária

cado de trabalho, em agosto – assunto que, mais tarde, virou tema de um episódio do podcast Economistas, com Marcio Pochmann; os desafios dos empreendimentos solidários na Amazônia, em setembro; os bancos comunitários e a rede brasileira de bancos, em outubro; e o Pila Verde, moeda social, econômica e ambiental de Santiago-RS, em dezembro.

Na revista Economistas de junho, foi publicado o texto “Trabalho, economia popular solidária e feminilização da pobreza: limites e possibilidades desta outra economia”, de Antônio Alves, Carlucia Silva e Lorenzo Rea. E na edição de dezembro um encarte especial comemora o Dia Nacional da Economia Solidária.

No prêmio Mulher Transformadora, o GT Responsabilidade Social e Economia Solidária é responsável pela indicação de quatro nomes, que depois são submetidos a votação de acordo com a norma. Outros quatro nomes são indicados pela Comissão Mulher Economista e ainda mais quatro podem ser indicados pela sociedade, por meio da página do Cofecon.

Finalmente, em 2023 o trabalho do grupo será coroado com a entrega dos prêmios Mulher Transformadora e Paul Singer por ocasião da posse da nova presidência do Cofecon, em Brasília. Um encerramento com chave de ouro para um ano de muito trabalho.



A área de responsabilidade social e economia solidária é vista com muita atenção pelo Cofecon e, desde 2016, há um grupo de trabalho específico para tratar destas questões no âmbito da autarquia."

Economia Solidária: uma proposta para governar à esquerda

Por Renato Dagnino

Minha intenção é mostrar como a Economia Solidária deve ser considerada como uma estratégia importante para orientar a política econômica do próximo governo. Sem ser obviamente excludente, ela parece adequada para encarar o recorrente desafio que enfrentam governos de esquerda, de gerir a economia e Estado capitalistas, orientando-os para fins socializantes.

Para tanto, inicio seguindo a pista de um dos mais importantes economistas de esquerda, José Luís Fiori. E seu artigo “A utopia, a história e o desafio de governar”¹, ele chama a atenção de que, ao retornar ao governo, a esquerda estará de novo diante desse recorrente desafio.

E concluo argumentando que essa utopia em construção – a Economia Solidária –, que muitos na esquerda ainda consideram mais um revisionismo fora de lugar, é capaz de exorcizar esse anátema.

1. REVISANDO A HISTÓRIA

Solidarizando-se com a utopia do socialismo, Fiori começa lembrando com maestria como na Europa, do início do século passado, os partidos de esquerda não conseguiram gerir - reformando - a economia capita-

lista. As políticas sociais que queriam implementar através do Estado exigiam recursos que só poderiam ser arrecadados se, ao mesmo tempo, fizessem com que ela funcionasse bem. O que implicava a contradição que ele aponta acima.

Quando no governo, esses partidos dependiam desse bom funcionamento do capitalismo para ir cumprindo suas metas sociais e rumando para lançar as bases do que viria a ser um processo de transição ao socialismo. A contradição intrínseca à sua gestão terminou por inviabilizar até mesmo as reformas socialdemocratas que eles propunham.



Fiori vai mais atrás na história mostrando a dificuldade recorrente que enfrentaram as tentativas de materializar um ideal de equidade e justiça social e, ao mesmo tempo, gerir um sistema socioeconômico baseado na propriedade privada dos meios de produção através de um Estado burguês essencialmente comprometido com sua manutenção.

Os resultados de maior destaque foram, no centro, o Estado de bem-estar da socialdemocracia e, na periferia, o modelo chileno de transição ao socialismo baseado num Estado economicamente poderoso e num planejamento capitalista socialmente orientado. Ambos, por não conseguirem resolver aquela contradição, tiveram sua vigência ameaçada pelo neoliberalismo.

Fiori aponta também como, para eludir essa contradição (ou para “iludir as massas”, como diria um “revolucionário”), originaram-se os movimentos revisionistas que revisavam propostas da esquerda.

2. REVISIONISMOS

Com o objetivo de adicionar elementos para fortalecer meu argumento acerca da importância de ampliar o espaço da proposta da Economia Solidária na agenda da esquerda, introduzo uma nota sobre o revisionismo.

E o faço, coerentemente com esse propósito, classificando-os em dois tipos focados em movimentos contrários: na transição do capitalismo para o socialismo ou no relaxamento dos controles das economias de planejamento centralizado (socialistas) na direção do que se deno-

mina socialismo com (ou de) mercado. Ambos têm como fundamento a ideia de que fatos portadores de futuro, como transformações no contexto geopolítico, tecnocientífico, nacional, etc. deviam ser entendidos como janelas de oportunidade que prenunciavam correlações de forças favoráveis para as mudanças que propunham.

Embora o que mais interesse no momento em que nos encontramos no mundo e também no Brasil sejam os revisionismos do primeiro tipo, ou seja aqueles focados na superação dos antagonismos sociais, das irracionalidades econômicas e das ameaças ambientais do capitalismo, a muito maior quantidade daqueles que focam o movimento contrário faz com que sejam estes os que merecem alguma análise.

Destacam-se entre as contribuições críticas aos excessos do centralismo burocrático dos “socialismos reais”, as de Oscar Lange e Alec Nove, que desde os anos cinquenta e setenta, respectivamente, propõem alternativas que apontam para modelos de socialismo com mercado. Sua aplicação no Leste Europeu desde a década de 1960, na China desde o final da década de 1970, no Vietnã e Laos na década de 1980, em Cuba, Angola e Namíbia desde a década de 1990, embora tratem de “caminhos de volta” (dado que partem do socialismo real), podem iluminar caminhos de ida para “além do capital”.

3.0 SOCIALISMO COM MERCADO

Cresce na esquerda a ideia de que o socialismo com mercado que combine o que a direita julga incompatível - planejamento e mercado - é



Fiori vai mais atrás na história mostrando a dificuldade recorrente que enfrentaram as tentativas de materializar um ideal de equidade e justiça social e, ao mesmo tempo, gerir um sistema socioeconômico baseado na propriedade privada dos meios de produção através de um Estado burguês essencialmente comprometido com sua manutenção.

uma alternativa ao neoliberalismo. Baseada num modo de produção híbrido como o que vem sendo lá ensaiado, com arranjos econômico-produtivos de propriedade predominantemente estatal ou coletiva, ela vem sendo cada vez mais visualizada pela esquerda do Sul global como uma alternativa capaz de “sulear” sua trajetória.

No Brasil, o revisionismo, impulsionado pelo rebaixamento das agendas políticas da esquerda provocado pelo neoliberalismo e seus governos, se tem caracterizado por abordagens e sínteses cada vez menos Kaleckianas, Cepalinas e Furtadianas. Em consequência, as políticas dos nossos governos de esquerda foram Keynesianas, no campo econômico-fiscal-compensatório, e Schumpeterianas, no campo econômico-tecnológico-produtivo. O que, embora não empane os bons resultados alcançados, deve ser considerado como uma das causas da embaraçosa permanência da contradição que aqui se analisa. É inegável que um futuro governo de esquerda terá que lidar com essa contradição numa situação mais difícil e complexa do que a que enfrentou a esquerda europeia. E, também, daquela que vinte anos atrás aqui se configurou e possibilitou aos nossos governos de esquerda administrar com algum sucesso aquela contradição.

4. PARA ENTENDER MELHOR A PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Considerada pela parte majoritária e até há pouco hegemônica da esquerda como um revisionismo que para alguns chega às raias de um colaboracionismo com o capital, ela passa a ter para mim ainda maior força, oportunidade

e propriedade com o artigo do Fiori. Sua leitura, que resultou no resumo que apresentei, me fez ver uma vantagem que eu ainda não havia me dado conta e que sintetizo assim: a Economia Solidária é um caminho para desatar, dado que a correlação de forças não permite cortar, o nó górdio produzido pela contradição que ele assinala. É o seu bom funcionamento, e não o da economia capitalista das empresas e do seu Estado, o que irá permitir, de modo sinergicamente acoplado, a consecução das medidas socializantes que o programa da esquerda deseja e a sua governabilidade demanda.

Como ocorreu com outras propostas revisionistas, a da Economia Solidária reivindica sua pertinência tendo por base mudanças no contexto do capitalismo global e nacional que favorecem sua emergência e evidenciam suas vantagens em relação a outros cursos de ação baseados em arranjos econômico-produtivos não baseados na propriedade coletiva dos meios de produção, como as tratadas em “Por que os candidatos de esquerda às eleições de 2022 devem prestar atenção à Economia Solidária?”²

Explorando as estratégias econômico-produtivas e sociais que deveriam orientar o apoio à Economia Solidária, resalto a importância, em “Para construir outra indústria nacional”³, que a reindustrialização solidária seja implementada pelo próximo governo em simultâneo à reindustrialização empresarial.

Ainda com esse objetivo, mas referindo-me a algo mais concreto adiciono, em “As Diretrizes para o programa de reconstrução do Brasil Lula 2023-2026” e a Economia Solidária: um comentário⁴, mais algumas ideias a respeito de



como colocar a Economia Solidária no centro de uma nova estratégia de reconstrução do País.

Em “Política Cognitiva Solidária e o Brasil em reconstrução”⁵ e em “Por outra Política de Ciência, Tecnologia e Inovação”⁶, abordo a condição cognitiva (ou tecnocientífica) de viabilização da proposta da Economia Solidária. Em “A hora e vez da Tecnociência Solidária”⁷, com o mesmo objetivo, trato do que tenho chamado de sua plataforma cognitiva de lançamento, a Tecnociência Solidária.

Finalmente, no caderno de campo de uma pesquisa-ação que desenvolvo junto ao Núcleo de Apoio às Políticas Públicas de Economia Solidária com a colega Luciana Ferreira da Silva da Unifesp, “A Economia Solidária no Brasil: comentários sobre a discussão em curso”⁸ indicamos

outros aspectos que fortalecem o potencial da Economia Solidária para que a contradição que aqui se aborda não impacte negativamente a ação do próximo governo.

Ou seja, à medida que a Economia Solidária for adquirindo a eficácia e a efetividade que o apoio ao seu fortalecimento e a compra pública for desencadeando, e a eficiência (e competitividade frente à empresa) proporcionada pela adequação sociotécnica da tecnociência capitalista que conduz à tecnociência solidária, essa contradição irá sendo resolvida. Dessa forma, o próximo governo poderá contar com ela para assegurar o crescimento econômico e, num círculo virtuoso de desenvolvimento, avançar na direção de seu compromisso com a classe trabalhadora.

Referências:

1(<https://outraspalavras.net/direitosouprivilegios/a-utopia-a-historia-e-o-desafio-de-governar/>)

2(<https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/por-que-os-candidatos-de-esquerda-as-eleicoes-de-2022-devem-prestar-atencao-a-economia-solidaria-por-renato-dagnino/>).

3(<https://outraspalavras.net/descolonizacoes/para-construir-outra-industria-nacional/>)

4(<https://jornalggn.com.br/economia/as-diretrizes-para-o-programa-de-reconstrucao-do-brasil-lula-2023-2026-e-a-economia-solidaria-um-comentario-por-renato-dagnino/>)

5(<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/politica-cognitiva-solidaria-e-o-brasil-em-reconstrucao/>)

6(<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/por-uma-nova-politica-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/>)

7(<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-hora-e-vez-da-tecnociencia-solidaria/>)

8(<https://lucianaferreiradasilva.com/outros/#pdf-a-economia-solidaria-em-curso/1/>)



Renato Dagnino é professor titular no Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp e em várias universidades latino-americanas nas áreas de Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e Gestão Pública. Dagnino tem vários livros publicados sobre o assunto.

berte o play aperte o play aperte o



Podcast Economistas

Ouça agora os episódios
da nova temporada

**Disponível nos principais
agregadores de podcast***

*Anchor, Breaker, Deezer, Google Podcasts, Apple Podcasts, Overcast, Pocket Casts, RadioPublic e Spotify

Confira a 2ª edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

**Panorama da Economia:
Cofecon apresenta
retrato do País nos
últimos 10 anos.**

**Panorama da
Economia**

posicionamentos extraídos
das notas oficiais do Cofecon



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economia
em debate**

Saiba mais!



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



**Economia
em debate**



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br